Ata da 43ª Reunião Ordinária de 1995.
Aos quatorze dias do mês de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, nesta cidade de Varginha, Estado de Minas Gerais, reuniu-se a Câmara Municipal em sua quadragésima terceira reunião Ordinária deste exercício. À hora marcada, presentes todos os Vereadores, o Senhor Presidente com uma salva de palmas ao Pavilhão Nacional, e a Invocação a Deus feita pelo Vereador Pedro Cesar da Silva, deu por iniciados os trabalhos do dia agradecendo a presença de todos. A ata da reunião anterior foi lida, discutida e aprovada por unanimidade e sem emendas. Expediente do Dia:- Ambasp, convite para Curso de Lei Orçamentária. - Professor Aluísio Pimenta, remete documentos referentes à Universidade Estado de Minas Gerais. Mensagens do Executivo encaminhando: 1) Relação de ruas que necessitam denominação. 2) Projeto de Lei que Dispõe Sobre Descaracterização de Bens

Públicos de uso comum para os fins que menciona: às comissões de justiça, Legislação e Finanças e Viação, Obras Públicas, Aquicultura, Indústria e comércio. Indicações, Requerimentos e Projetos: O Wandeley Bueno Oliveira: - Indicação 312/95, melhorias para bairros e logradouros da cidade. - Indicação 313/95, estudos para distribuição de bonés aos garis. - Valdecir José de Souza: - Indicação 314/95, reformas em postos de saúde. - José de Alencar Santana Faleiros: - Indicação 315/95, redutor de velocidade à Rua Dom Joseph Kallas. - Indicação 316/95, retirada de postes à Rua, digo, Avenida Francisco Navarra. - Hamid Apif: - Indicação 317/95, limpeza das ruas do Bairro centenário, lado B. - Projeto de Decreto Legislativo, concede Título de cidadão Varguinense ao Senhor Ary Gomes: à Comissão de justiça, Legislação e Finanças. - Pedro Cesar da Silva: - Indicação 318/95, solicita fiscalização na Empresa construtora de Asfalto Silva Galvão Ltda. - Júlio dos Reis Coelho: - Indicação 319/95, implantação de uma linha rural de Ônibus. - Indicação 320/95, solicita asfalto para a Avenida que inicia no Hiper-mercado J. Paes Mendonça. - José Vicente Morais: Projeto de Lei que dispõe sobre denominação de logradouro Público: Avenida Moacir Ribeiro Bueno: à comissão de justiça, Legislação e Finanças. - Carlos Magno Benfica: - Verbalmente deu ciência à casa dos assuntos tratados na reunião realizada pelo grupo Vida, da qual participou como representante desta Casa. Este grupo trata do Assunto Aids. Pareceres das Comissões: A Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, apresentou Parecer favorável ao Projeto de Lei que Dispõe Sobre Criação de Escola

municipal de Ensino Fundamental de 1ª à 8ª Séries e de Pré-Escolar e dá Outras Providências a Comissão de Justiça, Legislação e Finanças também apresentou Parecer favorável a este Projeto, que foi incluído na Ordem do Dia da proxima reunião, em 1ª discussão e votação. Ainda a Comissão de Justiça, Legislação e Finanças apresentou Parecer favorável às seguintes matérias: ① Convênio 039/95, firmado entre o Município de Varginha e a Associação Igreja Evangélica Nazareno de Proteção dos Menores, visando assistência e proteção a menores infratores deste Município: Para a Ordem do Dia da próxima reunião, em únicas discussão e votação. ② Projeto de Lei que Eleva Limite Percentual Estabelecido no Inciso I do Artigo 4º da Lei Municipal número 2541, de 19 de dezembro de 1994: Para a Ordem do Dia da próxima reunião, em 1ª e 2ª discussão e votação, com dispensa dos interstícios legais requerida verbalmente pelo Vereador Marçal Paiva de Figueiredo, unanimemente, diga, aprovada pelo Plenário por treze votos favoráveis e um voto contrário do Vereador José de Alencar Santana Faleiros. ③ Projeto de Lei que Altera Forma de Pagamento da Ajuda Financeira concedida à Empresa Imobiliária Minas Gerais: Para a Ordem do Dia da reunião de vinte e um de agosto próximo, por decisão unânime do Plenário. Ainda esta mesma comissão manifestou-se sobre os seguintes assuntos: ① Parecer sugerindo devolução ao Executivo, para reestudo, do Projeto de Lei que Altera a Redação da Alínea "A" do Artigo 60, Lutho desejado na Lei Municipal número 948, de 06 de Outubro de 1974 Pela Lei Municipal número 1269, de 03 de Fevereiro de 1992: aprovado por unanimidade. Devolva-se como sugerido. ② Diligências ao

Executivo, solicitando esclarecimentos a fim de que possa exarar Parecer sobre a Prestação de contas do Município de Varginha, relativas ao Exercício de 1991: encaminhe-se como solicitado. ③ Apresentou Projeto de Resolução que Dá nova Redação ao Parágrafo 2º do Artigo 148, do Regimento Interno desta Câmara: Para a Ordem do dia da próxima reunião em únicas discussão e votação. Ordem do Dia: Em únicas discussão e votação, convênios celebrados entre a Prefeitura municipal de Varginha e as seguintes entidades: ① Resolução 614, 1º Termo Aditivo ao Convênio 00004926/94, celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do convênio por um período de 90 dias, à partir de 28/06/95: aprovada por unanimidade. ② Resolução 615 1º Termo Aditivo ao convênio 10/94, Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, objetivando prorrogação do Termo do convênio até 29/06/96: aprovada por unanimidade. ③ Resolução 616, Aprova convênio, Sindicato dos Servidores Públicos municipais, para aquisição de medicamentos destinados ao ambulatório do Sindicato e também para atendimento aos funcionários da Prefeitura deste município: aprovada por unanimidade. ④ Resolução 617, Aprova Convênio 038/95, Sindicato dos Produtores Rurais de Varginha, visando custear o pagamento de honorários médicos para emissão de atestados médicos dos trabalhadores rurais, no período da safra de café do corrente ano: aprovada por unanimidade. ⑤ Resolução 618, Aprova Convênio, Centro de Preparação Equestre de Varginha, CEPEV, visando prestigiar a valorosa equipe do CEPEV: aprovada por doze votos favoráveis e dois votos contrários,

dos Vereadores José de Alencar Santana Faleiros e Pedro César da Silva. ⑥ Resolução 619, Aprova convênio, Sociedade Paroquial do Divino Espírito Santo, visando amparar, difundir e promover o ensino, o estudo e a cultura, amparar o bem-estar e o desenvolvimento da pessoa e das famílias, bem como diligenciar para a recuperação e satisfação das necessidades e carências das pessoas verdadeiramente pobres, deficientes, excepcionais, etc: aprovada por unanimidade. Em 2ª discussão e votação: ① Projeto de Lei 2630 que Dispõe Sobre Denominação de Logradouro Público: Rua Afrânio Reis Teixeira. ② Projeto de Lei 2631, Retifica o valor de Subvenção Econômica Concedida no corrente ano à Entidade que menciona. Ambos foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao Senhor Prefeito para sanção. Em 1ª discussão e votação, Projeto de Lei que Dispõe Sobre o Comércio de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - E Dá Outras Providências. Primeiramente foi votado o Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Finanças, apresentando um substitutivo, Parecer esse que foi aprovado por Onze votos favoráveis, dois votos contrários, dos Vereadores José Vicente Morais, digo, Parecer aprovado por Onze votos favoráveis, um voto contrário, do Vereador Hamid Afif, e duas abstenções, dos Vereadores José Vicente Morais e José Requeno Baroni. Em seguida o Vereador Pedro César da Silva apresentou Emendas ao Projeto apresentado pela Comissão de Justiça Legislação e Finanças, sendo todas aprovadas com a mesma votação do Parecer, Onze votos favoráveis, um voto contrário e duas Abstenções, dos mesmos Vereadores acima mencionados. O Projeto com as Emendas incorporadas, posto em 1ª discussão e votação, foi também aprovado

com o mesmo resultado acima, ou seja, onze votos favoráveis, um voto contrário, do Vereador Hamid Afiq e duas abstenções, dos Vereadores José Pequeno Baroni e José Vicente Morais. Tal Projeto de Lei foi incluído na Ordem do dia da próxima Reunião, em 2ª discussão e votação. Nada mais havendo a ser tratado o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, convocando outra para quarta-feira, dia dezesseis do corrente mês, neste mesmo local, às Sinte horas, em caráter ordinário. Para constar, eu, Walter Clemente de Andrade, Secretário desta Câmara Municipal, lavrei a presente ata que lida, discutida e aprovada, vai assinada pelo Presidente e demais membros da mesa.